



A Controladoria-Geral da União (CGU) apresentou, nesta sexta-feira (13), o [Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027](#), um documento estratégico que marca um avanço significativo no enfrentamento à corrupção no Brasil. O plano foi desenvolvido de forma participativa, envolvendo 35 ministérios, 11 agências reguladoras, Polícia Federal, Banco Central, Comissão de Ética da Presidência (CEP), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), entre outros órgãos.

A contribuição da sociedade civil foi destaque, com a participação do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC), além de especialistas e entidades do setor privado. “Este plano reforça nossa capacidade de atuar no combate repressivo à corrupção, mas também vai além: ele promove uma abordagem integrada e estratégica, envolvendo diferentes níveis de governo e setores da sociedade”, afirmou o ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho.

[>> Confira a página do Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027](#)

O Plano é estruturado em cinco eixos estratégicos: Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos; Integridade nas Relações Estado-Sector Privado; Transparência e Governo Aberto; Combate à Corrupção; e Fortalecimento Institucional para a Integridade. Ao todo, foram definidas 260 ações, que serão monitoradas semestralmente pela CGU para assegurar sua implementação.

Participação inédita e ampla colaboração

O documento reflete um esforço coletivo sem precedentes. Mais de 50 especialistas e 100 entidades do setor privado contribuíram diretamente com sugestões. “Este é o plano mais participativo já elaborado pela CGU. Ele demonstra que o combate à corrupção não é tarefa de um único órgão, mas um compromisso que envolve governo, sociedade civil e setor privado. Apenas com essa união podemos avançar em direção a um Brasil mais íntegro e transparente”, destacou o ministro.

Repressão e prevenção como pilares

O Plano dedica 49 ações estratégicas exclusivamente à repressão da corrupção, incluindo operações integradas entre órgãos como a CGU, Polícia Federal e CADE, que resultaram, em 2024, na realização de mais de 40 operações especiais. Além disso, o plano abarca ações preventivas, como o aprimoramento da transparência pública, fortalecimento da integridade nas relações entre o setor público e privado e uso de tecnologia avançada para identificar e coibir práticas ilícitas.

Monitoramento e resultados esperados

A CGU será responsável pelo acompanhamento das ações previstas, publicando relatórios periódicos que garantirão a transparência no andamento do plano. O objetivo é assegurar que cada iniciativa resulte em políticas públicas mais eficientes, com impacto direto na melhoria da vida dos cidadãos.

“O combate à corrupção não é apenas sinônimo de repressão, mas também de garantir que os recursos públicos sejam bem aplicados e cheguem a quem mais precisa. Esse é o compromisso do governo do Presidente Lula com a população brasileira”, concluiu o ministro Vinícius Marques de Carvalho.

Fonte: Controladoria-Geral da União, em 13.12.2024